

UNIDADE 5

1964-1968: Da Crise de 1964 à rotinização do Autoritarismo

Carla Maria Junho Anastasia

Essa unidade apresenta o regime militar implantado a partir do golpe civil-militar de 1964. Em primeiro lugar, é importante mostrar-lhes que o regime militar que se implantou no Brasil não foi uma exceção, mas estava inserido no bojo de uma complexa estrutura que envolvia a Revolução Cubana, o populismo, a preservação da América Latina como área de influência dos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria.

Nessa unidade, apresentamos os governos militares de Castelo Branco a Médici, partindo do suposto de que os governos Geisel e Figueiredo estão inseridos já no contexto da liberalização política e, portanto, devem ser discutidos na próxima unidade. Nos governos anteriores aos de Médici, foram analisados os atos institucionais mais importantes editados ao longo de 1964 a 1968 e os seus impactos na cena política brasileira. O que se quis mostrar, e esta é uma característica definidora do regime militar no Brasil, é que o autoritarismo foi sendo construído e tornou-se rotineiro, disfarçado pelo apoio da população, pela presença de regras de sucessão presidencial (é possível comparar com a ditadura chilena e a eternização de Pinochet no poder), de instituições

políticas e quadro jurídico em funcionamento. É preciso dar destaque ao ano de 1968, comumente entendido como o contexto do “golpe dentro do golpe”, que culminou com a edição do famigerado Ato Institucional nº 5, em 13 de dezembro. Também é fundamental que você perceba que, quando Médici sobe ao poder, ele tem em mãos, favorecido pela Emenda Constitucional nº1, todos os instrumentos necessários para governar com “mãos de ferro”. Não sem razão, o período do seu governo ficou conhecido como os anos de chumbo, pela intensa arbitrariedade e repressão das quais o presidente fez uso constante. Ao mesmo tempo, a eficaz propaganda desenvolvida pela Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), a conquista do tricampeonato mundial de futebol e o “milagre econômico” foram capitalizados por Médici, atenuando o impacto de suas medidas discricionárias.

O outro lado da moeda foi, sem dúvida, a resistência de alguns segmentos da sociedade civil ao regime militar. Para tanto, foram analisados a luta de grupos revolucionários armados e os órgãos de repressão que deveriam colocar um ponto final nesses movimentos.

5.1 A construção do Autoritarismo

O golpe político civil-militar de 1964 iniciou-se com a movimentação das tropas comandadas pelo general Olímpio Mourão Filho que saíram de Minas Gerais em direção ao Rio de Janeiro. Em 1º de abril, Jango exilou-se no Uruguai e, no dia seguinte, a presidência foi declarada vaga pelo senador Auro de Moura Andrade.

Foi empossado provisoriamente na presidência da República, no dia 2 de abril de 1964, o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, homem da confiança dos militares. Porém, o controle efetivo do país passava às mãos de uma junta militar denominada Comando Supremo da Revolução.

As primeiras medidas desse comando foram as intervenções nos sindicatos de trabalhadores, a extinção das Ligas Camponesas e a decretação da ilegalidade da União Nacional dos Estudantes. Foram ainda decididas expulsões de oficiais das Forças Armadas e de funcionários públicos de seus cargos.

Em 9 de abril, foi editado o Ato Institucional n. 1. Imediatamente após a edição do AI-1, centenas de militantes sindicais, políticos e membros de organizações de esquerda foram exilados presos e torturados. As arbitrariedades generalizavam-se. Prisões, invasões de domicílio, espancamentos e “mortes acidentais” tornaram-se comuns.

Pelo Ato n. 1, a eleição direta para a presidência da República ficava marcada para o dia 3 de outubro de 1965, com três possíveis candidatos: Adhemar de Barros, Juscelino Kubitschek e Carlos Lacerda, que havia apoiado o golpe com a convicção de que a intervenção dos militares seria passageira.

Enquanto as eleições presidenciais não aconteciam, de acordo com o disposto no Ato Institucional n. 1, foi escolhido para assumir a presidência o general Humberto de Alencar Castello Branco, que pertencia à chamada ala sorbonista do Exército. O que era a ala sorbonista do Exército?

Os militares que comandaram o país de 1964 a 1985 não possuíam uma linha única de ação. Dentro das Forças Armadas, vários grupos defendiam diferentes propostas de condução da sociedade, sendo os mais importantes o “grupo da Sorbonne” – defensor de um governo forte preservando algumas concessões aos civis – e a “linha dura”, adeptos do endurecimento do regime e do controle armado sobre os civis.

Apesar de pertencer à ala sorbonista do Exército, Castello Branco criou, em junho de 1964, o Serviço Nacional de Informações (SNI) para acompanhar e investigar as atividades de pessoas, empresas e órgãos, dentro e fora do governo. Vinculado diretamente à presidência da República, o SNI tornou-se um dos mais poderosos instrumentos de controle da sociedade e do Estado pela máquina governamental. Apesar da criação do SNI, Castello Branco foi o responsável pelo início do processo de rotinização do autoritarismo, com a transformação de um regime baseado na força em uma ordem que contava com o apoio da população, que possuía regras de sucessão presidencial – o que não aconteceu em nenhuma outra ditadura latino-americana –, instituições políticas e quadro jurídico em funcionamento.

Figura 12: Charge de ►
Henfil

Fonte: Disponível em
www.espacoacademico.com.br
Acesso: 24 jul. 2011.



5.2 A rotinização do Autoritarismo

Em 1965, foi editado o Ato Institucional no. 2, que extinguiu os partidos que ocupavam a cena política desde 1946 e instituiu o bipartidarismo. Foram criados dois novos partidos: um governista – a Arena (Aliança Renovadora Nacional), que reunia os filiados dos extintos PSD, UDN e outros partidos de viés mais conservador – e outro da oposição consentida – o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), composto por filiados do ex-PTB, a ala esquerda do extinto PSD, membros do Partido Socialista e do Partido Comunista.

O AI-2 ampliou também os poderes do presidente da República, que poderia decretar recesso no Congresso Nacional, estabeleceu o sistema de eleições indiretas para presidente e vice-

-presidente da República e determinou que civis e militares, enquadrados na Lei de Segurança Nacional, seriam julgados por tribunais militares.

Buscando enfraquecer ainda mais as forças políticas de oposição, em fevereiro de 1966, um novo Ato Institucional, o de no. 3, tornou indiretas as eleições para os governos estaduais e criou prefeitos biônicos (nomeados pelos governadores e não eleitos pelo povo).

A rotinização do autoritarismo do regime militar, explicitada pela edição dos atos institucionais, além de tornar a Constituição cada vez mais autoritária, já que a ela eram integrados os atos institucionais, acabou levando à reação da sociedade civil que passou a se manifestar publicamente contra as constantes cassações de mandatos no Congresso e repressão a grupos considerados subversivos, como líderes sindicais e estudantis, camponeses, intelectuais e artistas.

Os estudantes, capitaneados pela clandestina UNE, foram às ruas em todo o Brasil protestar contra a extinção de suas organizações autônomas; a aplicação do acordo MEC-USAID, que propunha a transformação das universidades estatais em fundações privadas; as aposentadorias compulsórias de professores e as intervenções nas universidades. Para impedir as manifestações, a polícia reprimia com violência os estudantes, criando uma tensão crescente no país.



Em dezembro de 1966, foi editado o Ato Institucional n. 4, com o objetivo de aprovar o projeto de uma nova Constituição. Para tanto, convocou-se o Congresso Nacional para discutir e aprovar o texto, redigido por juristas que gozavam da confiança dos militares. Expurgado dos seus membros mais combativos e sem forças para se opor ao regime, o Congresso promulgou a Constituição em janeiro de 1967.

Essa nova carta ampliava ainda mais os poderes do Executivo, reduzia a autonomia dos estados, centralizava a estrutura administrativa e mantinha a imunidade parlamentar, a autonomia do Judiciário e o *habeas-corpus*, mas acabava com a liberdade partidária e o direito de greve.

Foi nesse contexto que o regime editou a Lei de Imprensa, institucionalizando a censura visando a impedir a publicação de críticas ao governo, denúncias de tortura policiais e escândalos administrativos. Nem mesmo a censura estancou a crescente oposição ao regime militar.

Em março de 1967, foi editada a Lei de Segurança Nacional, que determinava severas sanções para todos aqueles que se opusessem ao regime, considerando tal oposição ao governo como atentado à segurança nacional.

▲
Figura 13: Manifestação contra o acordo Mec-Usaid

Fonte: Disponível em portaldoprofessor.mec.gov.br
Acesso: 24 jul. 2011.

5.3 Um estado de guerra

Castello Branco foi sucedido por Costa e Silva, um general da “linha dura” do Exército, explicitando as intenções do regime de colocar um ponto final na movimentação política da sociedade civil. O primeiro alvo a ser atacado foi a carta constitucional brasileira que, apesar de autoritária, mantinha ainda algumas liberdades políticas, impedindo a generalização do arbítrio.

Carlos Lacerda, que havia apoiado o golpe contra Goulart e tinha interesses pessoais na presidência da República, formou, em 1967, uma Frente Ampla de oposição ao regime militar, com o objetivo de restaurar o poder civil, e contou com a adesão de antigos inimigos políticos que também sonhavam concorrer nas eleições presidenciais, como Juscelino Kubitschek e João Goulart, então no exílio. Em sintonia com as rebeliões estudantis na França, os movimentos rebeldes nos Estados Unidos e em outros países, os estudantes brasileiros desafiaram os militares e enfrentaram a violência policial.

Ao contrário do que ocorreu no resto do mundo, no Brasil, 1968 foi um ano de triste lembrança. Nesse ano, os atos e organizações populares de oposição ao governo militar, ao contrário do que pretendiam, forneceram à “linha-dura” das Forças Armadas munição para endurecer ainda mais o regime e ter controle significativo sobre o Estado e a sociedade. Entidades civis e militares e jornais de tendência conservadora e autoritária reforçavam a ideia da existência de um “perigo vermelho” que ameaçava a sociedade brasileira.

Os enfrentamentos entre polícia e estudantes tornaram-se cada vez mais violentos, culminando na morte do secundarista Edson Luís de Lima Souto, de 18 anos. As manifestações no enterro de Edson Luís geraram mais repressão. A invasão da Universidade de São Paulo pela polícia resultou na morte de outro estudante e no incêndio do prédio pelo grupo paramilitar Comando de Caça aos Comunistas (CCC). A situação chegara a um ponto insustentável. Organizações de esquerda e de direita contribuíram para criar um verdadeiro clima de guerra no Brasil em 1968, promovendo ações clandestinas, principalmente nas grandes cidades.

Grupos paramilitares, de apoio ao regime militar, como o CCC e o MAC (Movimento Anti-Comunista), atacavam teatros e livrarias, espancando artistas, intelectuais e estudantes, enquanto à esquerda surgiam diversas organizações políticas de combate ao autoritarismo como a AP (Ação Popular), composta por estudantes e líderes populares católicos, e a POLOP (Política Operária), de orientação socialista. O Partido Comunista, clandestino, sofreu nessa época uma cisão interna: vários de seus militantes deixaram o partido para fundar novas organizações revolucionárias, como a Aliança Libertadora Nacional, o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário e o Movimento

Revolucionário 8 de Outubro (MR8). Greves operárias em Contagem (MG) e Osasco (SP), desafiando as proibições legais, completaram o quadro de efervescência política.

Em abril de 1968, o presidente Costa e Silva denunciou o estado contra-revolucionário do país, declarando que o golpe político civil e militar de 1964 estava gravemente ameaçado pela esquerda. A Frente Ampla foi colocada na ilegalidade. Foram criados municípios de segurança nacional nos quais os militares poderiam intervir diretamente.

Se ainda faltava um pretexto político para o novo golpe militar, a ocasião veio em dezembro de 1968, quando a Câmara dos Deputados não permitiu que o jovem deputado Márcio Moreira Alves, acusado de proferir um discurso ofensivo aos militares, fosse processado. Apelando para o princípio da imunidade parlamentar, a Câmara foi contra a abertura do processo.

Na crise política que se seguiu, no dia seguinte, 13 de dezembro de 1968, o governo anunciou um novo ato institucional, o AI-5. Além de transformar o general-presidente em um ser onipotente, o AI-5 determinou a suspensão do *habeas corpus* nos chamados crimes contra a segurança nacional. Com base no AI-5, a repressão abateu-se sobre o país, atingindo pessoas e instituições. O Congresso foi posto em recesso e 98 parlamentares perderam seus mandatos, enquanto milhares de estudantes, jornalistas, políticos, profissionais liberais, artistas, intelectuais e religiosos eram presos. Forças policiais invadiam residências, redações de jornais, escolas e igrejas em busca de ‘subversivos’.

O Ato Institucional n. 5, instrumento do arbítrio, permitia ao presidente da República:

- Fechar o Congresso Nacional, Assembleias Estaduais e Câmaras Municipais;
- Decretar intervenção em estados e municípios;
- Cassar mandatos legislativos e suspender direitos políticos de qualquer cidadão;
- Decretar estado de sítio;
- Decretar confisco de bens;
- Suspender garantias constitucionais referentes às liberdades de reunião e de associação;
- Estabelecer a censura da imprensa, da correspondência, das telecomunicações e das diversões públicas; e
- Remover, aposentar ou reformar quais titulares de cargos públicos.

BOX 1

Entre o golpe de abril e o AI-5: a diversificação orgânica da esquerda

Entre o golpe de 1º. de abril de 1964 e a edição do Ato Institucional no. 5 (o AI-5 de 13 de dezembro de 1968), o fenômeno mais importante no campo da esquerda brasileira foi a sua diversificação. Nos dois/três anos imediatamente posteriores ao AI-5, essa diversificação precipitou-se numa verdadeira pulverização da esquerda orgânica [caracterizada pela filiação de seus sujeitos a algum tipo de estrutura ou de grupo] concomitante à sua quase liquidação pelo aparelho repressivo da ditadura.

O campo da esquerda, na entrada da década de sessenta, reunia forças heterogêneas – um leque que ia do nacionalismo pequeno burguês (cujo principal porta-voz, então, era Leonel Brizola) ao eclético anticapitalismo que marcou a criação da Ação Popular (AP) (em 1962, a partir de uma base universitária católica que, em aliança com os comunistas teve papel dirigente na União Nacional dos Estudantes – UNE), passando pelo difuso e moderado socialismo do Partido Socialista Brasileiro (PSB) (mais agremiação eleitoral que partido nacionalmente organizado) e cobrindo outras expressões do universo popular (como Miguel Arraes e Francisco Julião, este com suas Ligas Camponesas). Todavia, em termos orgânico-partidários, a esquerda praticamente resumia-se ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Fundado em 1922, o partido, embora ilegal, vinha assumindo, especialmente desde a renúncia de Jânio Quadros (agosto de 1961), um crescente protagonismo político, simétrico à sua progressiva inserção – em aliança com segmentos do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) – no movimento operário-sindical –, cuja expressão mais avançada se configurava no Comando Geral dos Trabalhadores (CGT).

O PCB não era o único partido que aglutinava a esquerda de filiação marxista. À época, três outras organizações se candidatavam ao papel de “vanguarda revolucionária”: o Partido Operário Revolucionário (Trotskista) – POR (T), que vinha dos anos cinqüenta; a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM – POLOP), criada em 1961, de matriz trotskista e agrupando jovens e talentosos intelectuais; e o Partido Comunista do Brasil (PC do B), fundado em fevereiro de 1962 por dissidentes stalinistas do PCB.

Nenhuma delas, porém, tinha a gravitação do PCB (com cuja orientação, aliás, todos conflitavam). Então, o partido dirigido por Luís Carlos Prestes avultava na cena política: com uma política (originalmente esboçada em 1958 e afirmada no V Congresso, de 1960) centrada na exigência das reformas de base por que se inclinou enfim o governo João Goulart, considerava que a etapa socialista da revolução brasileira não estava na ordem do dia; para o PCB, as tarefas do momento eram de caráter nacional e democrático – o que, conseqüentemente, determinava uma aliança privilegiada com setores nacionais da burguesia. No mesmo passo, o partido valorizava os institutos democráticos e trabalhava especialmente com a hipótese da viabilidade de um caminho pacífico para a revolução brasileira [...]

Entretanto, alguns líderes e dirigentes expressivos e provados na luta revolucionária (que já, no pré-64, questionavam a orientação oficial do partido) discreparam frontalmente desse encaminhamento. De um lado, polemizavam contra a análise da realidade brasileira que embasava a orientação que vinha de 1958; de outro, recusavam o sentido em que a autocrítica fora operada – e, por via de conseqüência, tinham propostas de resistência à ditadura muito distintas da preconizada pela direção do PCB. Ao fim do processo congressual, dois grandes “rachas” sangram o partido: em início de 1968, toma forma a Aliança Libertadora Nacional (ALN) e, em abril do mesmo ano, estrutura-se o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PBCR) [...]

Na esquerda de filiação marxista, porém, as fraturas não se limitaram ao PCB. Em 1966-1967, também o PC do B experimenta “rachas” (com a formação, no Nordeste, do Partido Comunista Revolucionário – PCR – e, no Centro-Sul, da Ala Vermelha – PC do B – AV), “rachas” que atingem até o pequeno POR (T) (em 1966, dele se desvincula, em São Paulo, uma fração estudantil). De maior importância que esses dois episódios, foram as cisões na POLOP: delas surgem, em Minas Gerais, em 1968, o Comando de Libertação Nacional – COLINA e, em finais do ano, em São Paulo, congregando também militantes egressos de outros grupos, a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

NETTO, José Paulo. Em busca da contemporaneidade perdida: a esquerda brasileira pós-64. In: MOTA, Carlos Guilherme (org). **Viagem incompleta**. A experiência brasileira. São Paulo: Editora SENAC, 2000. p. 222-226.

5.4 O governo Médici

Em agosto de 1969, com o impedimento do presidente Costa e Silva, deveria tomar posse na presidência da República o vice-presidente Pedro Aleixo. Entretanto, seu nome foi vetado pelos militares, uma vez que Aleixo votara contra a edição do Ato Institucional nº 5. Nessa medida, subiu ao poder uma Junta Militar que editou a Emenda Constitucional nº 1, a qual incorporou à Constituição todos os instrumentos repressivos e de exceção criados desde 1964, inclusive o AI-5.

Durante o governo do general Médici, sucessor de Costa e Silva, o autoritarismo atingiu seu apogeu. Tendo em mãos dos dispositivos autoritários da Emenda Constitucional nº 1, Médici pode governar arbitrariamente. Contudo, os índices econômicos favoráveis do chamado “milagre” brasileiro e a intensa propaganda a favor do regime obscureciam o terror policial, torturas, assassinatos políticos e a corrupção.

O governo Médici foi pródigo no uso de estratégias que tinham como objetivo levar a população a acreditar que o país ia muito bem. Propagandas oficiais mostravam o Brasil no caminho do crescimento econômico, insistiam na sua transformação em uma grande potência mundial, ocultando da sociedade civil os arbítrios do regime e os graves problemas sociais que continuavam a afligir o país. Por meio do trabalho meticuloso da AERP (Assessoria Especial de Relações Públicas), o governo difundia através da televisão, do rádio e da imprensa escrita *slogans* ufanistas, como “Você constrói o Brasil” e “Ninguém segura esse país”. Para aqueles que não estavam satisfeitos, foi criado o *slogan* “Brasil. Ame-o ou deixe-o”, divulgado após a pena de banimento perpétuo para os presos políticos.

Figura 14: Slogans da AERP – Assessoria Especial de Relações Públicas

Fonte: Material de propaganda da AERP



O governo Médici foi ainda favoravelmente influenciado pela conquista do tri-campeonato da Copa do Mundo de Futebol pela seleção brasileira em 1970. A marchinha ufanista “Pra frente Brasil” era insistentemente tocada nas emissoras de rádio e televisão, associando os feitos da seleção aos resultados positivos da economia no governo do general Médici.

Foram lançados no governo Médici alguns projetos ousados como o Plano Nacional de Saúde, que sequer foi aplicado, o Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização), com resultados pouco significativos, e o Projeto Rondon, que levava universitários para o interior do Brasil para prestar assistência às populações carentes; estudantes que acabavam por difundir a ideologia autoritária do regime sem alterar as condições de vida das populações às quais deviam atender. É interessante que o próprio presidente Médici, não obstante todas as suas arbitrariedades, comentasse: “a economia vai bem, mas o povo vai mal”. Isso, em nenhum momento, significou uma mudança no curso de ação de seu governo.

5.4.1 A luta armada

Após 1968, as organizações de esquerda – ALN, MR-8, VAR-Palmares, PC do B, entre outras – passaram a defender a luta armada – a guerrilha urbana e rural – como a única forma de enfrentar, com eficácia, o regime militar. Essas organizações esperavam contar com a adesão da maioria da população, o que não aconteceu. A luta armada incluía sequestros de diplomatas estrangeiros para forçar a libertação de presos políticos, e assaltos a bancos e outras empresas para sustentar a clandestinidade dos combatentes perseguidos pelos militares que aproveitaram a sua agressividade e ousadia para justificar o maior endurecimento político e a repressão.

Os órgãos de repressão política ganharam maior autonomia no combate aos grupos armados. A Operação Bandeirantes (OBAN), criada em 1969, era financiada por empresários paulistas e empresas transnacionais, interessados em contar com o apoio do governo e em controlar trabalhadores considerados ‘subversivos’.

A partir de 1970, com a organização do DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna do II Exército –), a repressão tornou-se ainda mais intensa. O DOI-CODI era um centro de desmantelamento de organizações clandestinas, de prisão dos seus militantes e de tortura.

As principais lideranças das organizações revolucionárias foram perseguidas e assassinadas pelos órgãos de repressão. Em 1969, Carlos Marighella, líder da ANL, foi fuzilado e, em 1970, foram mortos Joaquim Câmara Ferreira, também da ANL, e o capitão Carlos Lamarca, comandante da Vanguarda Popular Revolucionária.

A guerrilha urbana foi totalmente desmobilizada pela repressão militar entre 1970 e 1971. Entretanto, os militantes insistiram na sua ação revolucionária, escolhendo lugares de difícil acesso para continuar a guerrilha, como, por exemplo, o Araguaia.

Em 1972, as atenções do governo militar voltavam-se para a Amazônia, não só por razões econômicas, mas sobretudo por motivos políticos. O foco de atenção era um ponto perdido na imensa floresta equatorial, às margens do rio Araguaia, no quilômetro 8 da Transamazônica.

Foi essa área, situada na confluência dos estados de Goiás, Pará e Maranhão, que 63 guerrilheiros do PC do B escolheram para deflagrar a guerrilha rural no Brasil. Era uma região primitiva, isolada, ocupada por humildes sertanejos e posseiros há muito submetidos aos grandes fazendeiros.

Jovens estudantes, trabalhadores e intelectuais começaram a chegar àquela região do Araguaia no ano de 1968 para organizar a resistência armada contra a ditadura, já que não havia espaço nos centros acadêmicos, sindicatos, etc, para outras formas de luta nas cidades. A Guerrilha do Araguaia, organizada e dirigida pelo Partido Comunista do Brasil, com cerca de cem guerrilheiros, resistiu à ditadura militar, que chegou a mobilizar cerca de 20 mil militares num período de três anos.

Na região, palco da guerrilha do Araguaia, a mata começa a duas léguas, ou uma em alguns lugares, do rio Araguaia. No fundo, encontravam-se castanhais. No interior, existiam apenas roças e barracos. O caminho, estreito e difícil de encontrar, era uma picada por onde transitavam pequenos animais. A selva era toda igual, com milhares de grotas, secas no verão, inundadas no período das chuvas. A fauna variada, com destaque para o perigo que representam a surucucu, de 2 a 3 metros e muito venenosas, a cipó, que se confunde com a vegetação, escorpiões, aranhas venenosas e morcegos. Enormes galhos podres despencam insistentemente das árvores. A região era visitada intermitentemente por caçadores que iam do Araguaia ao Xingu, por exploradores dos castanhais e do mogno, cortado com ma-

chados. Utilizava-se, para o transporte, somente o burro e o jegue. Na região, a propriedade mais conhecida era o castanhal do Ferreira.

A construção da Transamazônica trouxe o aumento de grileiros e dos conflitos com os antigos posseiros. Esses acabaram por ser expulsos da margem direita do Gameleira.

Em 1970, Osvaldo Orlando da Costa, que se encontrava na região sul do Pará desde 1966, mudou-se para as margens do Gameleira, afluente do Araguaia, que deságua à altura da cachoeira de Santa Isabel, a poucos quilômetros das cidades de Marabá e Xambioá, no norte de Goiás (atual Tocantins). Como qualquer roceiro, Osvaldo, como era conhecido, plantava arroz, criava galinhas, dançava o forró, ia à missa e frequentava o terecô, o candomblé local.

Seus vizinhos jamais poderiam imaginar que aquele negro alto, forte e sempre disposto era, na verdade, um guerrilheiro, com formação aprimorada na China e no Leste europeu.

O lugar, uma capoeira antiga, vazia, ficava distante duas léguas do comércio mais próximo. Ali, Osvaldo plantou uma roça e vivia dos produtos dessa plantação e da caça. Anteriormente, a capoeira fora uma plantação de inhame. Osvaldo foi seguido por outros militantes que também se instalaram nas margens do Gameleira e do Jacarezinho. Ninguém suspeitou também da verdadeira identidade dos outros “paulistas” que foram chegando aos poucos. Os treinamentos diários de tiro, rastreamento, natação nas corredeiras do rio, técnicas de sobrevivência na selva e preparação de armadilhas naturais eram realizados no mais absoluto sigilo. Os guerrilheiros subiam e desciam constantemente o Araguaia, em um pequeno barco a motor – o Carajá – vendendo roupas, utensílios de pesca e de casa. Ajudavam os moradores da região e compartilhavam de seu cotidiano. A vida na região era extremamente rústica. Sequer usava-se a enxada, apenas o facão que servia para limpar o terreno, colher e preparar os alimentos. Usavam-se também espingardas antigas de cartucho para a caça, de calibre 20 ou 36, balas feitas de chumbo e pólvora. A produção local era modesta – arroz, milho, mandioca, feijão e fava.

A região era visitada pelos cobradores de impostos – o coletor, o delegado, um cabo e dois praças –, que chegavam no barco da coletoria de São João do Araguaia, que subia e descia o rio cometendo toda sorte de desmandos. Uma das formas de pressionar os devedores de impostos era a de encarcerá-los em “apinagés”, um tipo de cadeia, semelhante à uma jaula de tigre, feita de troncos de árvo-

res enterrados no solo, sem assoalho ou cobertura. As tropas do Exército, responsáveis pela repressão aos militantes de esquerda que haviam se instalado na região, penetraram na floresta, movimentando-se pelas picadas, beiras de grotas, estradas, ou emboscando-se perto das roças. O grosso da tropa ficou na Transamazônica, nas cidades de Xambioá, Araguatins e nos povoados ribeirinhos, nas fazendas e sede de castanhais, onde ficavam aviões, helicópteros e lanchas da Marinha de Guerra. Os soldados convocados para acabar com a guerrilha do Araguaia, alguns jovens recrutas com apenas seis meses de quartel, eram alvo fácil dos militantes do PC do B, escondidos na mata espessa e traiçoeira. O medo e a tensão eram tão intensos que, não encontrando guerrilheiros, os soldados despejavam sua ira contra os roceiros, considerados cúmplices dos “terroristas”. Em julho de 1972, oficiais do Exército, da Marinha e da Aeronáutica reuniram-se em Brasília e, em conversas reservadas, reconheceram o fracasso da campanha. Parecia-lhes necessário planejar novamente a “estratégia de ataque”, diziam. E ordenaram a retirada da maioria das tropas da região. Numa segunda campanha, os militares trataram de incorporar a estratégia do inimigo: conquistar o apoio do povo através de atividades assistenciais. Vacinas e remédios foram distribuídos à população, e o general Antônio Bandeira chegou a servir de intermediário num conflito entre fazendeiros e posseiros.

No lugar de recrutas, apenas soldados profissionais – tropas de elite, entre as quais alguns espiões disfarçados como viajantes *hippies*: barbudos, cabeludos, mal vestidos. Repetiram-se as cenas de milhares de soldados tomando de assalto a área. De repente, quando tudo parecia correr de acordo com os planos, o cerco foi levantado. E, em novembro, o Exército começou a retirar-se.

Os revolucionários e a população do Araguaia ficaram eufóricos com a retirada dos militares. Em Brasília, ao contrário, os altos escalões das forças armadas estavam cada vez mais irritados.

Dessa vez optaram por uma nova estratégia de ação: começaram por atacar a comissão executiva do PC do B, que coordenava as atividades da guerrilha a partir de São Paulo e do Rio de Janeiro. A prisão desses dirigentes numa casa do bairro da Lapa, em São Paulo, em princípios de 1973, foi um duro golpe para os combatentes, que ficaram isolados na selva.

Em seguida, o Exército retornou a Marabá e Xambioá, investindo contra os moradores suspeitos de apoiar os “terroristas”. Retirados de casa “para investigação”, os prisioneiros

só retornaram no final do ano: mentalmente desequilibrados, com o corpo machucado, vítimas de torturas cruéis. Dessa vez o choque da violência surtiu o efeito desejado. Muitos moradores passaram a colaborar com o Exército, trabalhando como guias e mateiros nas incursões pela selva. Começou, então, a terceira e última etapa da caçada humana, tendo à frente a brigada de pára-quedistas do Exército, sob o comando do general Hugo Abreu.

Os guerrilheiros, por sua parte, já não acreditavam na possibilidade de uma nova vitória. E as chances de sobrevivência eram cada

vez menores.

Quando, em abril de 1974, o comandante Osvaldão, febril de malária e meio morto de fome, foi alvejado e exibido à população do Araguaia, amarrado ao esqui de um helicóptero, o Comitê Central do PC do B sabia que a luta chegara ao fim. Embora, por precaução, o governo só reconhecesse sua vitória em janeiro do ano seguinte.

Os presos foram levados para Palestina, próxima de Santa Isabel, e depois para a prisão de Xambioá, onde se localizava um enorme fosso, cercado de arame farpado.



Figura 15: Mapa da Guerrilha do Araguaia
Fonte: Disponível em <http://3bp.blpgspt.com>
Acesso: 23 jul. 2011

Assim, apesar da resistência armada, o governo autoritário tornava-se cada vez mais poderoso, dismantelando até 1972 as oposições legais e os grupos armados, num cenário de rígida censura à imprensa e de crescimento econômico, que contribuíram para reforçar o "terror de Estado" e apatia da maioria da população.

DICAS

Sites
www.revistadehistoria.com.br
www.cpdoc.fgv.br
www2.uol.com.br/historiaviva/
www.historianet.com.br

NAPOLITANO, Marcos.
O regime militar brasileiro. 1964-1985. São Paulo: Atual, 1998.

BOX 2

“Em meio aos pontos de convergência e divergência das organizações, o que mais chama atenção é a falta de adesão da sociedade ao projeto revolucionário. Nele, seus militantes se empenhavam numa luta na qual a derrota não significava a simples retirada de cena, mas a exclusão que podia ser a prisão, a morte, a tortura, o exílio. A luta armada manteve-se como um enfrentamento de poucos, e a própria teoria do partido revolucionário justificava que assim fosse. O isolamento não tinha, necessariamente, um sentido negativo. O “segundo momento”, aquele em que as massas iriam aderir à luta, nunca ocorreu.

De um lado, o governo civil-militar foi cada vez mais fechando o cerco, preparando-se, equipando-se, mas sempre precisando da tortura dos presos como meio para conhecer o funcionamento, a lógica e a estrutura das organizações e, assim, desmontá-las. No entanto, a razão da derrota está menos na ação da repressão e mais no abismo existente entre as escolhas da sociedade e o meio – o enfrentamento armado – e o fim – a revolução – daquela luta. A realidade contradizia a tese do voluntarismo da ação da vanguarda, o foquismo, sustentado na reconstrução da vitória cubana, uma lenda e uma fórmula para legitimá-la nos países que não contavam com a mobilização social”.

ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano.** O tempo da ditadura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 4. p. 71.

Referências

NETTO, José Paulo. Em busca da contemporaneidade perdida: a esquerda brasileira pós-64. In: MOTA, Carlos Guilherme (org). **Viagem incompleta.** A experiência brasileira. São Paulo: Editora SENAC, 2000. p. 222-226.

ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano.** O tempo da ditadura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 4. p. 71.